

## RESISTÊNCIA E SUSTENTABILIDADE DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA<sup>1</sup>

Gilca Garcia de Oliveira<sup>2</sup>  
Guiomar Inez Germani<sup>3</sup>  
Alicia Ruiz Olalde<sup>4</sup>

**RESUMO:** *Este estudo discute a resistência e a sustentabilidade das formas de acesso à terra observadas na região do Médio São Francisco (MSF), Bahia. Teoricamente, toma-se como base o enfoque de desenvolvimento territorial e o processo histórico de ocupação da região como reflexo nas relações existentes entre os atores regionais. Estas relações foram caracterizadas a partir de dados secundários, de entrevistas realizadas com técnicos e representantes de organizações e movimentos que atuam na região e por meio de informações relevantes levantadas em conjunto com as comunidades. A situação encontrada revela índices de desenvolvimento ainda baixos, embora tenha ocorrido uma relativa melhoria na qualidade de vida na última década na região. Os cartogramas das diversas formas de acesso à terra: Projetos de Reforma Agrária, de Crédito Fundiário, Fundos de Pasto e as Comunidades Negras Rurais Quilombolas demonstram a riqueza tradicional da região, enquanto a evolução do Índice de Gini revela o processo de valorização das terras, a partir da década de 70, com a implantação de projetos de irrigação e outros incentivos da ação governamental, trazendo a expulsão dos antigos moradores e de suas famílias. A organização e a resistência destes segmentos sociais permitiu realizar significativas conquistas no acesso à terra, mas a luta atualmente ocorre pela consolidação de formas de exploração que possibilitem a permanência das famílias na área, além da continuidade do processo de regularização fundiária e ampliação do acesso à terra das mesmas.*

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Territorial; Sustentabilidade; Médio São Francisco.

### 1. INTRODUÇÃO

A abordagem territorial tem sido amplamente utilizada nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. Neste estudo, utiliza-se o enfoque pressupondo o desenvolvimento territorial como um processo social participativo construído em conjunto com as comunidades envolvidas. O processo histórico de ocupação territorial no Brasil e, em especial no semi-árido, tem como eixo o clientelismo e a exclusão social o que interfere na evolução participativa que para tanto deve ser buscada com a ação coordenada dos movimentos sociais e ONGs com um marco de políticas públicas favoráveis.

A região do Médio São Francisco (MSF) é um claro exemplo onde a concentração de poder econômico e político está diretamente associado à concentração da terra. Recentemente vários programas governamentais e a atuação dos movimentos sociais vêm promovendo iniciativas que têm ampliado o acesso à terra para os agricultores sem terra e reconhecido legalmente formas comunitárias de acesso, a exemplo dos Fundos e Fêcho de Pasto, das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e das Comunidades Ribeirinhas.

<sup>1</sup> Resultados parciais da pesquisa “Acesso à terra e desenvolvimento territorial no semi-árido nordestino: preparando uma pesquisa-ação”, com apoio do DFID- *Department for International Development/UK*

<sup>2</sup> Professora do DECISA/UFBA <[ggo@ufba.br](mailto:ggo@ufba.br)>

<sup>3</sup> Professora da UFBA, Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Projeto GeografAR., <[guiomar@ufba.br](mailto:guiomar@ufba.br)>

<sup>4</sup> Professora do DECISA/UFBA <[alirui@ufba.br](mailto:alirui@ufba.br)>

Este estudo busca identificar a diversidade das formas de acesso à terra, incluindo aquelas diretamente derivadas da intervenção governamental e aquelas que resultaram do reconhecimento e da legalização de ocupações tradicionais da região e verificar a concentração da terra e as condições sócio-econômicas presentes.

## 2. METODOLOGIA

A área de estudo foi definida a partir da classificação de Regiões Econômicas estabelecida pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia –SEI com sobreposição da divisão territorial do INCRA para o Médio São Francisco. Portanto considera-se o Território do Médio São Francisco como sendo constituído pelos seguintes municípios baianos: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Buritirama, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Iuiú, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato, Oliveira dos Brejinhos e Igaporã.

A compreensão da dinâmica regional foi feita, inicialmente, a partir do levantamento de material bibliográfico e da coleta de dados secundários que permitiu a elaboração de cartogramas das diversas formas de acesso à terra como: Projetos de Reforma Agrária, Projetos de Crédito Fundiário, Fundos de Pasto e as Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Também foi calculada a evolução do Índice de Gini para os municípios acima referenciados.

O processo teve continuidade por meio de seminários temáticos com o depoimento de técnicos e representantes de organizações que atuaram e/ou atuam na região. Estes seminários objetivaram recompor a história por intermédio das diferentes leituras a respeito da região do Médio São Francisco.

A fase seguinte desta pesquisa se dará por meio de estudos aprofundados em cada uma destas diversas formas de acesso à terra sob um enfoque de pesquisa-ação. Este estudo tem sido feito com abordagem interdisciplinar e estreita relação com as organizações da sociedade civil, instituições governamentais e os movimentos sociais atuantes na região.

## 3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Atualmente existem dois projetos claramente definidos para o meio rural no Brasil. O primeiro é um enfoque basicamente setorial que se centra na expansão da produção e da produtividade agropecuária, na incorporação de tecnologia e na competitividade do chamado *agribusiness*. Este enfoque se estabelece em torno dos interesses empresariais de diversos segmentos que compõem o agronegócio e, na conjuntura atual, ganha aliados no governo devido ao papel estratégico que as exportações agrícolas vêm desempenhando no equilíbrio macroeconômico do país. O segundo projeto, que aqui denominamos de territorial, enfatiza as dimensões social e ambiental do desenvolvimento, sem abandonar os aspectos econômicos de acordo com o ideal da sustentabilidade.

A idéia central da abordagem territorial é a preocupação da coordenação das atividades, dos recursos e dos atores, por oposição aos enfoques setoriais ou corporativistas, que separam o urbano do rural, o agrícola do industrial. No caso do desenvolvimento rural, as formas de apropriação do espaço e dos recursos e a construção de sistemas produtivos localizados constituem questões chave (SABOURIN, 2002).

É necessário lembrar que a atividade agrícola situa-se na interface entre o setor e o território e que as expectativas da sociedade em relação ao espaço rural vêm mudando por meio de uma procura crescente por bens e serviços intangíveis. Além da produção de bens primários, como alimentos e matérias-primas, a agricultura passa a cumprir funções recreativas, de

preservação e valorização das paisagens e de proteção ao meio ambiente que reforçam a ligação entre a agricultura e o ambiente. Também se assiste ao movimento pelo reforço das identidades e preservação das culturais locais. É o que vem se denominando de multifuncionalidade do espaço rural. Como expressa Wanderley (2002), o meio rural, sempre visto como fonte de problemas, hoje aparece também como portador de soluções, vinculadas à melhoria do emprego e da qualidade de vida.

Este enfoque está presente também em Veiga (2001) onde os autores sugerem que o projeto de desenvolvimento para o Brasil rural deve visar a maximização das oportunidades de desenvolvimento humano em todas as regiões do país, diversificando as economias locais, a começar pela própria agropecuária. Também é defendido neste trabalho o fomento às atividades não-agrícolas no meio rural, reforçando a pluriatividade que se fundamenta na industrialização difusa e na descentralização de serviços sociais e, como consequência, ocorre a absorção local da mão-de-obra, o que reduz o êxodo rural e alivia as pressões sobre o mercado de trabalho nas áreas metropolitanas.

A política de desenvolvimento territorial não deve apenas redistribuir riquezas já criadas de acordo com as novas subdivisões administrativas, mas despertar os potenciais para a criação de novas riquezas, promover iniciativas e novas coordenações. A experiência internacional revela que as localidades que melhor se desenvolvem são as que conseguem se organizar, ter autonomia nas decisões, capacidade de reter e reinvestir capitais, aumentar a inclusão social e a preservação ambiental. O papel do Estado seria fomentar a formação de novos arranjos institucionais locais como elementos-chave para uma nova estratégia de desenvolvimento rural. Neste contexto, a adoção do conceito territorial facilita a gestão institucional descentralizada e aumenta a participação social e as parcerias entre atores.

A participação das populações rurais carentes proporciona o empoderamento e o fluir das energias que ativam os processos coletivos, dando aos atores rurais o poder de influir sobre seus destinos (JARA, 2001).

O enfoque territorial permite que determinadas características locais sejam valorizadas, como os atributos naturais e a herança cultural de determinadas comunidades, que se transformam em “vantagens competitivas” dos territórios.

#### **4. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO**

O vale do São Francisco começou a ser desbravado em 1553, com o início das “entradas” para o interior da colônia orientadas para a obtenção de mão-de-obra escrava para o trabalho nos canaviais e engenhos, empresa, mais tarde, fortalecida pelo interesse na exploração das riquezas minerais que começavam a ser descobertas.

O processo de ocupação colonial ocorreu a partir do começo do século XVII e foi ligado à expansão da atividade pecuária. A conquista foi realizada basicamente pela iniciativa privada, não constituindo um processo contínuo, seja devido à resistência indígena ou à vastidão dos sertões que dificultava a sobrevivência em tão inóspita área.

Com a descoberta de minas no Alto São Francisco, a economia de todo o vale teve um grande impulso, e elas passaram a constituir um atrativo de mercado de demanda para o gado. A corrida para as minas determinou o surgimento de vários núcleos de povoamento em toda a extensão do vale, constituídos em torno dos “currais” ao longo do rio. Estes núcleos foram responsáveis pelo estabelecimento de ativos mercados de gado e de produtos vegetais que serviram, posteriormente, como pontos de escoamento para os principais centros urbanos do Norte, Nordeste e Sul da colônia.

Por outro lado, o rio São Francisco, pela sua localização, entre a região aurífera e a capital da colônia (Salvador), desempenhou o papel de grande caminho. Este fato atribuiu a ele a

denominação de rio da “integração nacional”. Mais tarde, com a mudança da capital para o Rio de Janeiro (1763) e o esgotamento da produção aurífera, o impulso inicial de colonização da área se viu arrefecido. Assim, o comércio de Minas voltou-se para o mar, o rio perdeu o papel de grande caminho e a região do MSF sofreu um retrocesso, embora o rio mantivesse durante muito tempo um papel importante na comunicação nacional.

Em 1872, tem início a navegação a vapor, a partir de Saldanha Marinho, cuja importância só diminuiria com a tardia integração do espaço nacional por via terrestre. Desde cedo o rio São Francisco canalizou fluxos migratórios da região para São Paulo, principalmente como consequência das secas periódicas que assolavam a região.

A agricultura implantou-se no vale em paralelo com o processo de povoamento. A princípio voltada para a subsistência, a agricultura conserva, até hoje, as mesmas características, sendo a exploração pecuária sempre mais extensiva do que o cultivo da terra. De maneira geral, os pequenos produtores, proprietários ou não, têm ocupado áreas de vazantes ou algumas ilhas disseminadas sobre o leito do rio, sujeitas a desaparecer com as enchentes.

Na década de 70, o MSF ainda era definido como “uma região profundamente arcaica, amolecida pela pobreza, drenada pelas migrações, com longa tradição de violência política praticada por jagunços e coronéis” (CEAS, 1973). A situação sanitária, como era possível prever, era dominada por doenças da pobreza, como: esquistossomose; tifo; chagas; febre amarela; disenteria; malária; tuberculose; lepra, além das provocadas pelas carências nutricionais e alta mortalidade infantil. A falta de saneamento e o analfabetismo reforçavam estes problemas. Neste período, os investimentos governamentais foram voltados para os cerrados brasileiros, incluindo a parte mais a oeste da Bahia, investindo-se na modernização da agricultura e na construção de estradas voltadas para o escoamento da produção.

O isolamento implicou uma organização econômica e social que, atravessando o tempo, mantém até hoje alguns traços característicos. A nobreza das famílias equivaleria ao seu tempo de permanência no local, sendo comuns as lutas armadas entre povoados e cidades capitaneadas por seus coronéis. Em termos culturais, o isolamento permitiu a sobrevivência do tradicionalismo e do folclore, e o catolicismo mesclou-se com lendas e superstições de origem indígena.

Foi neste contexto que, em 1968, Carlos Lamarca, ex-coronel do Exército e militante do Movimento Revolucionário 08 de outubro- MR-8, instalou-se na região do MSF com o objetivo de iniciar a revolução socialista pelas áreas rurais, onde o povo sofrido e oprimido, segundo Lamarca, constituiria o exército da guerrilha armada contra o Estado ditador. Iniciou a implantação de frentes de conscientização em diversas áreas de atuação, como na prática do esporte, no teatro, na discussão política e na atuação social. O erro fatal de Lamarca foi confundir miséria e pobreza com condições revolucionárias, vindo a perecer na localidade de Pintada, próximo de Ibotirama, CEAS (1973).

O MSF representou sempre uma região dominada pelos coronéis e latifundiários. Tentativas de desenvolvimento não deixaram de existir a partir da organização popular. Neste sentido, deve-se ressaltar o papel da Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), criada em 1971, uma entidade jurídica ligada à Igreja Católica, através da Diocese de Barra, que incluía na época 26 municípios. Assim, a Igreja Católica passou a assumir um importante papel na conscientização e organização das comunidades carentes, de acordo com as novas tendências dos teólogos latino-americanos.

A missão desta entidade foi dar suporte às atividades de desenvolvimento na área da Diocese, procurando fortalecer as iniciativas comunitárias. Num primeiro momento, foram privilegiados os trabalhos sobre medicina preventiva, formação profissional e participação da mulher. Também foi promovido um processo de “reforma agrária” em terras da Diocese.

Em estudo realizado pela FUNDIFRAN, relativo ao período de 1970-71, a região encontrava-se pouco integrada, não sendo possível identificar “pólos” que exercessem efeitos

dinamizadores sobre o conjunto da região. Havia somente cidades ou municípios de maior ou menor importância relativa, quando comparados entre si. Neste estudo, também foram identificados vínculos de dependência externa com outras regiões, o que reforçava a idéia de baixo grau de articulação interna<sup>5</sup>.

A partir do final da década de 70, destaca-se uma maior intervenção governamental no MSF por meio da construção de rodovias e da implantação de projetos de irrigação. Para tanto, no início de 1972, foi criado o PROVALE (Decreto Lei nº 1.207, de 07. 02.1972) com o objetivo de modernizar e dinamizar a região. Este projeto priorizava: proteção das margens e melhoria da navegabilidade do rio São Francisco; obras de urbanização, infra-estrutura social e de saneamento; implantação de projetos de reflorestamentos e de irrigação; criação de parques nacionais e a construção de rodovias, dentre elas a BR- 242 que liga Barreiras a Ibotirama. A construção da ponte sobre o rio São Francisco foi outro importante traço de desenvolvimento do MSF, uma vez que permitiu a conexão com Salvador e Brasília.

Existem hoje no MSF alguns pólos de atividades econômicas, como no caso dos perímetros irrigados localizados no município de Bom Jesus da Lapa. Em especial a implantação pela CODEVASF do Projeto Formoso A, com 10.408 ha onde foram assentados 392 pequenos irrigantes e 54 empresários e do Projeto Formoso H com 6.310 ha, atendendo a 216 pequenos irrigantes e 43 empresários. A participação da iniciativa privada na agricultura irrigada tem também grande relevância, haja vista a existência, em 1997, de aproximadamente 10 mil ha de áreas irrigadas, com 30 pivôs centrais em funcionamento, produzindo grãos, aspargos e frutas destinadas à exportação (CAR, 1997). O resultado dessas intervenções significou uma reorganização produtiva e, como consequência, a valorização fundiária e um novo arranjo regional.

## 5. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

A região do MSF acompanha o leito do rio São Francisco que a atravessa e divide de sul a norte. Limita-se a oeste com a região Oeste, ao norte com o Estado do Piauí e com o Baixo-Médio São Francisco, a leste com as regiões de Irecê, Chapada Diamantina e Serra Geral e ao sul, faz divisa com o Estado de Minas Gerais. Com clima variando de seco a sub-úmido, a totalidade de seu território está inserida no semi-árido nordestino.

A quarta maior região baiana, em termos de área, correspondendo a 9,13% da área total do Estado, ela se distribui em 51.533,30 km<sup>2</sup>. A densidade demográfica, 7,25 hab/km<sup>2</sup>, inferior à média do Estado (23,1 hab/km<sup>2</sup>), em 2000, demonstra o pouco povoamento da região. Neste ano, o grau de urbanização foi de 42,25%, sensivelmente inferior à média de urbanização do Estado (67,1%), sendo que existe apenas um centro urbano com mais de 50.000 habitantes (Bom Jesus da Lapa) na região. Trata-se de uma região eminentemente rural, embora tenha havido crescimento da taxa de urbanização, que passou de 35,4% para 42,2%, no período de 1991-2000.

Observa-se que somente dois municípios Ibotirama e Igaporã, apresentam densidade demográfica um pouco acima de 15 habitantes/km<sup>2</sup>, enquanto cinco municípios, Barra, Brejolândia, Buritirama, Feira da Mata, Morporá e Muquém do São Francisco têm densidade inferior a 5 habitantes/km<sup>2</sup>.

O ritmo de crescimento da população total urbana e rural do MSF acompanhou as mesmas tendências da média do Estado da Bahia nos períodos de 1980 a 1991 e de 1991 e 2000. Para o MSF, entre 1980 e 1991, a taxa de crescimento populacional foi de 2,04% a.a., muito próxima à média do Estado da Bahia no período (2,09%a.a). No período de 1991-2000, a taxa de

---

<sup>5</sup> Desde 1978, a administração do Santuário da Lapa promove anualmente a romaria chamada Missão da Terra. Normalmente são três dias, com oficinas e trabalhos de reflexão e conscientização.

crescimento populacional do MSF correspondia a 0,89% a.a, inferior à média do Estado da Bahia, 1,08% a.a. Em 1980, o MSF possuía cerca de 250 mil habitantes, correspondente a 2,64% dos residentes baianos; em 1991, cerca de 346 mil habitantes; em 2000, cerca de 373 mil habitantes, correspondendo a 2,85% da população do Estado, (SEI, 2003).

Em onze dos dezoito municípios do MSF, a população rural representa mais de 60% do total dos residentes da região, indicando a concentração da população nestas áreas. Contudo, embora a taxa de urbanização seja reduzida, a maior parte dos municípios do MSF a elevou entre 1991 e 2000. A exceção ocorre no município de Sítio do Mato que sofreu retração de 10 pontos percentuais. Em Buritirama e Morpará, a expansão da taxa de urbanização é justificada pelo aumento do processo migratório no decorrer do período

O IDH para a região apresentava ainda valores bastante baixos no período 1991-2000, especialmente no que se refere à variável renda. O IDH médio da região passou de 0,50 para 0,62 de 1991 para 2000. Metade dos municípios da região apresentava IDH baixo em 1991, ou seja, menor que 0,5, enquanto, no ano de 2000, nenhum município se encontrava nesta situação, refletindo melhora, mesmo que modesta, da situação regional. Em relação à taxa de alfabetização, embora continue sendo baixa, verificou-se crescimento de até 20% na década de 90.

## 6. FORMAS DE ACESSO À TERRA E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO MSF

Por meio do índice de Gini, observou-se o nível de concentração da terra que foi calculado com dados do Censo Agropecuário do IBGE. De acordo com a classificação de Lourival Câmara, doze dos dezoito municípios do MSF (66,67%) apresentam um grau de concentração “forte a muito forte”. Destes, destacam-se os municípios de Barra, Sítio do Mato e Malhada com 0,959; 0,928 e 0,910, respectivamente, no ano de 1996, conforme Figura 1. Estes três municípios situam-se à margem do rio São Francisco, localização historicamente disputada pelos grandes proprietários de terra.

No outro extremo, tem-se o município de Serra do Ramalho com um índice de 0,410, considerado como “fraca a média”. Este município teve origem no Projeto Especial de Colonização implantado em 1973 para abrigar a população atingida pela usina hidrelétrica de Sobradinho, nos municípios de Carinhanha e Bom Jesus da Lapa, tendo sido emancipado e constituído em 1989. Este foi o último projeto de colonização, sendo que, em 258.483,39 há, havia 5.180 famílias contabilizadas em 1985. Inicialmente foi denominado “Projeto Especial de Colonização de Sobradinho”, no entanto muitas famílias resistiram à mudança, preferindo fixar-se nas margens do lago e não a 700 km de seu lugar de origem. Devido a isso, os lotes passaram a ser ocupados por famílias de diversas localidades, e o projeto passou a ser denominado de “Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho”, (GERMANI, 2001). Apesar da ocupação ter sido estabelecida em parcelas individuais iguais para cada família observa-se que os dez anos de emancipação já apontam para uma perspectiva de concentração.

Na região do MSF, assim como em todo o curso do Rio São Francisco, se desenvolvem, através dos tempos, modos de vida estreitamente vinculados à utilização do rio. Como é característico no padrão de ocupação do semi-árido, também neste caso a população se concentra às margens do rio. Este modo de vida era complementado com o trabalho eventual na criação de gado e outras atividades nas grandes fazendas. A agricultura de vazante, combinada com a agricultura de sequeiro, a pesca e a criação de animais foram as formas tradicionais de produção na região e atravessaram quatro séculos de colonização sem grandes transformações.

Verifica-se, com isso, a fragilidade das relações de trabalho, gerando uma grande massa dependente das relações com os donos do capital. Fica evidente que qualquer tentativa de promover o desenvolvimento e a democratização no MSF deve passar pela ampliação do acesso

à terra para a população carente, e esta será a principal consigna para a organização popular de luta pela reforma agrária.

Os primeiros assentamentos de Reforma Agrária foram implantados no município de Barra, em 1988, e somam hoje 43 Projetos de Reforma Agrária (PRA), Figura 2. Estes assentamentos estão presentes em quase todos os municípios, destacando-se Sítio do Mato, com 12 PRA. É interessante observar que este município apresentava o Índice de Gini mais elevado da região de acordo com os dados do último censo (1995/96), faltando constatar se esta situação foi modificada com a posterior instalação dos PRAs.

Assim como em outras regiões no país, os PRAs foram antecidos por pressões promovidas pelos movimentos sociais através de ocupações e acampamentos. Não obstante as dificuldades e a dinâmica destes registros, atualmente há seis acampamentos na região do MSF.

O que se pode observar é um processo de conversão de terras de uso comum às possibilidades de apropriação individual e conseguinte conversão ao mercado. Formas tradicionais de acesso e uso comum das terras – como as Comunidades Negras Rurais Quilombolas e os Fundos de Pasto – se vêem ameaçadas com a valorização e o conseqüente “cercamento” dos campos comuns, levando ao desaparecimento de muitas áreas. Mais uma vez a resistência organizada e o apoio das organizações populares que vão garantir a existência e a permanência de 37 Comunidades Negras Rurais Quilombolas e 15 Fundos de Pasto na região do MSF.

É relevante citar a Comunidade de Rio das Rãs, cujo conflito e resistência significaram um marco, constituindo-se na primeira área quilombola reconhecida no Brasil. Esta vitória serviu de estímulo para que outras comunidades quilombolas resistissem a sair das terras e valorizassem sua identidade, na luta pelo reconhecimento legal.

As comunidades de Fundo de Pasto são formações sócio-econômicas que configuram um modelo singular de posse e uso da terra no semi-árido, cuja expressão social vai além da sua participação como força produtiva. As propriedades coletivas são ocupadas, de modo geral, por uma comunidade de origem familiar comum, onde se realiza, como atividade predominante, o pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, a agricultura de subsistência, representada, principalmente, pelos cultivos do milho, do feijão e da mandioca.

As propriedades comunitárias são abertas, sem cercas que identifiquem a posse de cada condômino ou mesmo os seus limites gerais. A forma de organização destas comunidades varia conforme as mudanças climáticas ou em função de critérios convencionados pelos grupos. Também nesses casos foi a resistência organizada que culminou com o reconhecimento desta forma de acesso à terra na Constituição do Estado da Bahia, em 1988.

Vale ressaltar que tanto as comunidades Quilombolas como as de Fundos de Pasto enfrentam dificuldades com relação ao processo de identificação, reconhecimento e legalização de suas terras. Processos que se arrastam, pois não obstante estas formas comuns de acesso à terra ocorrerem em terras devolutas, surgem freqüentemente supostos donos com a intenção de tomar posse das mesmas.

Outra forma de acesso à terra encontrada na região são os assentamentos do Programa Cédula da Terra (PCT), implantado com o apoio do Banco Mundial. No Estado da Bahia, o PCT foi oficialmente lançado em novembro de 1997, com sua fase piloto concluída no ano de 2000, mas tendo continuidade por meio do Programa de Crédito Fundiário (PCF). Não obstante a resistência das principais organizações e movimentos sociais, este programa vem sendo implantado no Estado num ritmo bastante acelerado. Na região em questão, foram implantados 13 assentamentos numa área de 11.231 há, envolvendo 421 famílias.

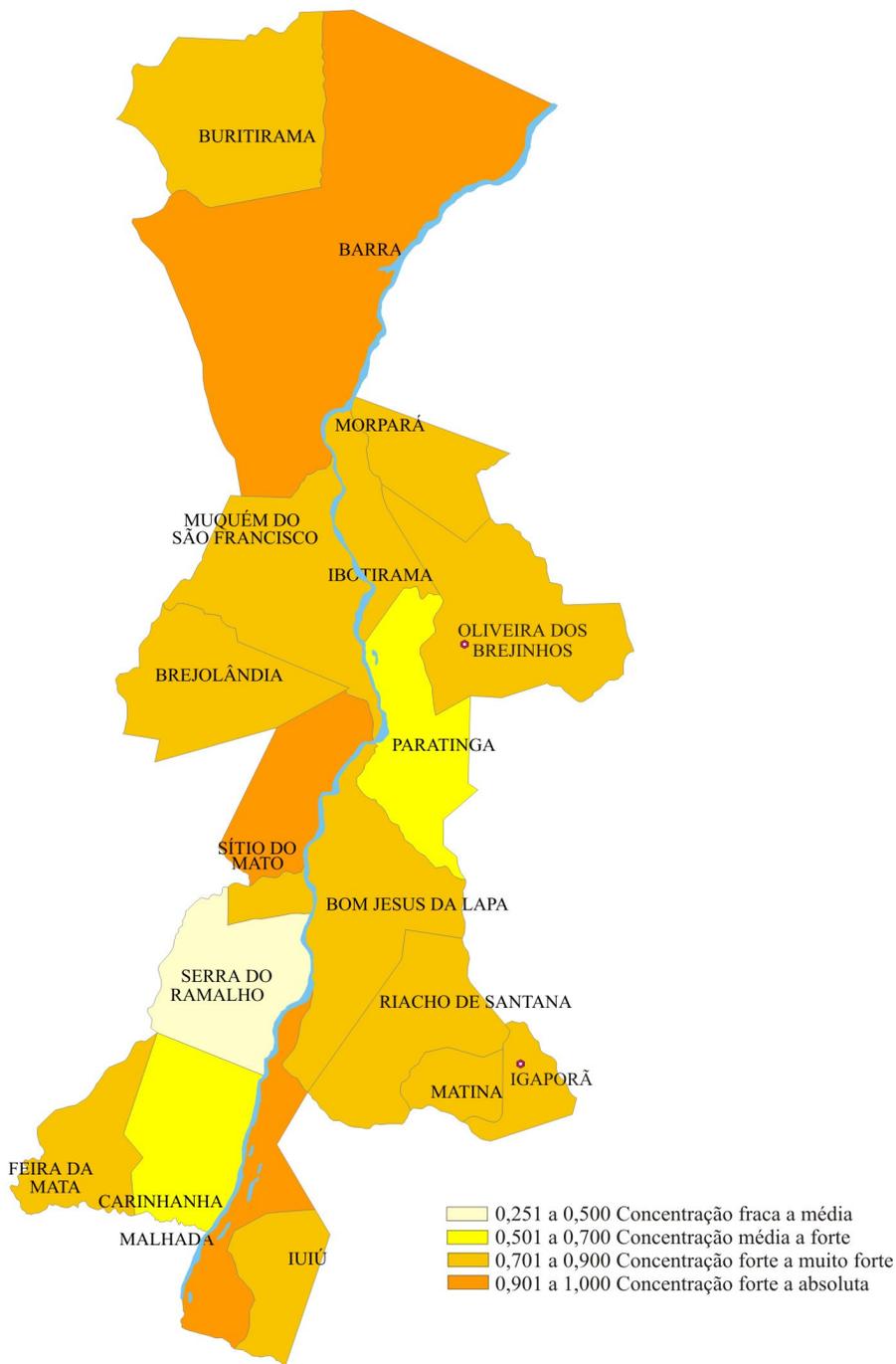
Além dos entraves que este programa tem enfrentado, soma-se, na região do MSF, a dificuldade de comprovação da origem da cadeia dominial de propriedade, pois grande parte das terras da região são devolutas e carecem de legalização.



Sem dúvida, a região do MSF apresenta considerável riqueza e diversidade de formas de acesso à terra. E cada uma delas corresponde, também, a diferentes formas de organização das comunidades envolvidas quanto às relações sociais de produção e tradições culturais. Todas, a seu modo, contribuem para dar continuidade à história da luta pela terra em nosso país.

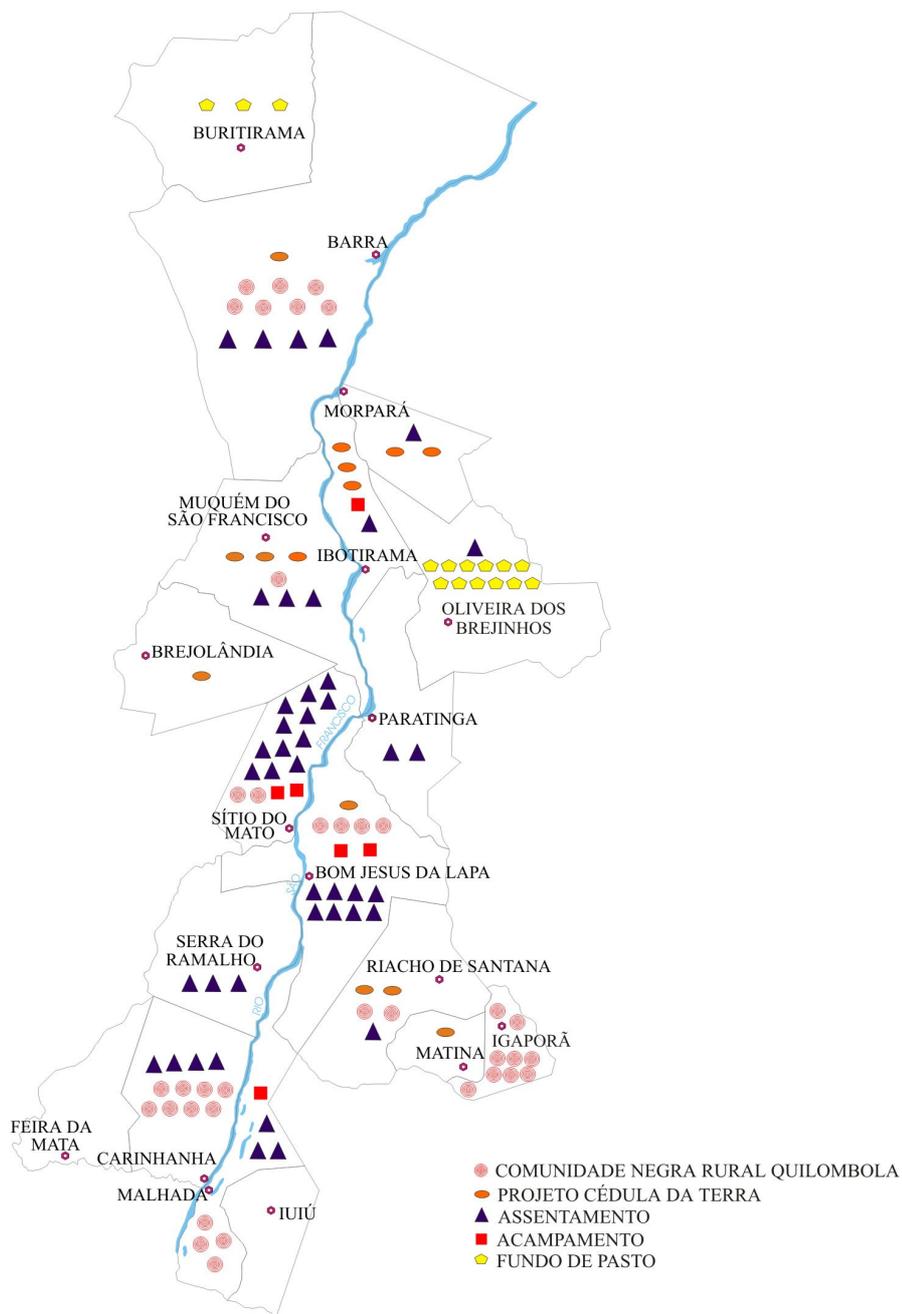


# ESTADO DA BAHIA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO ÍNDICE DE GINI 2004



FONTE DE DADOS: Censo Agropecuário 1995/6  
ELABORAÇÃO: Projeto GeografAR  
Por Cirlene Jeane Santos e Santos

# ESTADO DA BAHIA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO FORMAS DE ACESSO À TERRA 2004



FONTE DE DADOS: INCRA, CDA, CAR, ANJOS(2000), Fundação Palmares  
ELABORAÇÃO: Projeto GeografAR  
Por Cirlene Jeane Santos e Santos

## 7. CONCLUSÃO

O processo de reestruturação produtiva na região do MSF alterou profundamente as relações de produção na agricultura e a valorização das terras. Este processo ocorrido pós década de 70 tanto coloca em risco as frágeis formas de acesso à terra, como os Fundos de Pasto e Quilombolas, como gera novas formas capitalistas de posse da terra como os projetos de irrigação.

Mas a população do MSF reagiu por meio de organização, conquistando o reconhecimento e a legalização de seu modo de ocupação do território, contribuindo para a consolidação de um mosaico variado de formas de acesso à terra no MSF.

O grande desafio dos grupos descritos é o da apropriação de técnicas produtivas modernas com a devida inserção nos mecanismos de financiamento e de mercado em contraponto com a forma de produção tradicional. Suas necessidades partem do reconhecimento do acesso à terra para a necessidade de acesso ao crédito e à água. A fase seguinte do trabalho permitirá responder a questionamentos em relação à sustentabilidade das formas de exploração pós conquista da terra e/ou do reconhecimento legal da mesma.

## 8. REFERÊNCIAS

CEAS - CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL O Médio São Francisco: confins do Sertão Baiano. *Cadernos do CEAS*, N° 26, agosto de 1973, p. 1-45.

CAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – BA *Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável PDRS: Oeste da Bahia*. Salvador, CAR, 1997, 265 p.

GERMANI, G. I. Assentamentos de reforma agrária: Produção de novos espaços de vida e de conflitos. *Revista: Cultura Vozes*, n.6, nov-dez de 2001, p. 67-84.

JARA, C. As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável. Brasília, IICA, 2001, 352 p.

SABOURIN, E. Desenvolvimento Rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In:

SABOURIN, E ; TEIXEIRA, O Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília, EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, 402 p.

SEI-SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICO E SOCIAIS DA BAHIA Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000. *Série Estudos e Pesquisas* N° 60, Salvador, SEI, 2003.

VEIGA, J. et al. O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento *Texto para discussão* N° 1, NEAD, CD –ROM (disponível também no site: [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)),

WANDERLEY, N. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E; TEIXEIRA, O *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília, EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, 402 p.